

SUMÁRIO

1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE	27
1.1. A crise ambiental e os refugiados climáticos	27
1.2. O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo	30
1.3. Movimentos ambientalistas: conservacionismo e preservacionismo	34
1.4. As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988	35
1.5. Questões de concursos públicos comentadas	36
2. MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL	37
2.1. Definição de meio ambiente	37
2.2. Espécies de meio ambiente	38
2.3. Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental	38
2.4. Questões de concursos públicos comentadas	41
3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	43
3.1. Introdução	43
3.2. Meio ambiente cultural	44
3.3. Meio ambiente natural	44
3.4. Meio ambiente artificial	44
3.5. Direito intertemporal ambiental	45
3.6. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil e o nascimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	46
3.7. Hermenêutica jurídica ambiental e a interpretação constitucional das normas ambientais	55
3.8. Histórico das principais leis ambientais do Brasil	59
3.9. Questões de concursos públicos comentadas	60
4. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS	63
4.1. Federalismo de cooperação	63
4.2. Competências materiais ambientais	64
4.3. Competências legislativas ambientais	76
4.4. Questões de concursos públicos comentadas	94
5. PRINCÍPIOS SETORIAIS	101
5.1. Definição, funções e tensão	101

5.2.	Princípio da prevenção	102
5.3.	Princípio da precaução	103
5.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento	106
5.5.	Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade	113
5.6.	Princípio do usuário-pagador	115
5.7.	Princípio da cooperação entre os povos	116
5.8.	Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade	117
5.9.	Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental	117
5.10.	Princípio da participação comunitária ou cidadã ou princípio democrático	118
5.11.	Princípio da função socioambiental da propriedade	119
5.12.	Princípio da informação	120
5.13.	Princípio do limite ou controle	122
5.14.	Princípio do protetor-recebedor	122
5.15.	Princípio da vedação ao retrocesso ecológico	124
5.16.	Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada	124
5.17.	Princípio da gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente	125
5.18.	Outros princípios ambientais (11 princípios)	125
5.19.	Tabela dos princípios ambientais	127
5.20.	Questões de concursos públicos comentadas	129
	Vídeo	139
6.	A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	141
6.1.	Princípios	141
6.2.	Objetivos específicos	144
6.3.	Instrumentos	145
6.4.	O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	152
6.5.	Questões de concursos públicos comentadas	164
7.	O ZONEAMENTO AMBIENTAL	173
7.1.	Considerações iniciais	173
7.2.	Dfinição	174
7.3.	Objetivo geral	175
7.4.	Competência para a realização	175
7.5.	Pressupostos	176
7.6.	Conteúdo	176
7.7.	Alteração	176

7.8.	Regra de transição	177
7.9.	Zoneamento industrial	177
7.10.	Questões de concursos públicos comentadas	179
	Vídeo	183
8.	O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS	185
8.1.	Considerações gerais sobre o poder de polícia ambiental	185
8.2.	Poder de polícia e taxa	191
8.3.	Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental	192
8.4.	Peculiaridades da licença ambiental	193
8.5.	Revogação e anulação da licença ambiental	195
8.6.	Definição de licença ambiental	197
8.7.	Espécies de licença ambiental	197
8.8.	Fundamentos e definição de licenciamento ambiental	201
8.9.	Publicidade do licenciamento ambiental	205
8.10.	Exigibilidade do licenciamento ambiental	205
8.11.	Competência para o licenciamento ambiental	206
8.11.1.	Disciplina normativa e critérios definidores: extensão do impacto ambiental e dominialidade do bem público afetável	206
8.11.2.	Competências licenciatórias federais	209
8.11.3.	Competências licenciatórias municipais	215
8.11.4.	Competências licenciatórias estaduais	216
8.11.5.	Competências licenciatórias do Distrito Federal	217
8.11.6.	Competências licenciatórias para a supressão e o manejo de vegetação	217
8.11.7.	Regras de competência para o licenciamento ambiental no novo Código Florestal	218
8.11.8.	O licenciamento em mais de uma esfera de competência	219
8.11.9.	O conflito entre o critério da extensão do impacto ambiental e o critério da dominialidade do bem público afetável	221
8.12.	Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais	230
8.13.	Questões de concursos públicos comentadas	238
	Vídeo	250
	Vídeo	251
	Vídeo	252

9. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	253
9.1. Disposições gerais e novidades do código florestal (Lei 12.651/2012)	254
9.2. Áreas de preservação permanente (APP's)	285
9.2.1. Definição legal	285
9.2.2. APP's do artigo 4º do novo CFlo	285
9.2.3. APP's do artigo 6º do CFlo	304
9.2.4. Outras APP's instituídas pelo CONAMA	305
9.2.5. Regime especial de proteção e exploração excepcional	307
9.2.6. Áreas consolidadas em APP's reguladas pelo novo Código Florestal	312
9.2.7. APP's instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	316
9.2.8. A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação	318
9.2.9. Explorações consolidadas em APP	318
9.3. Apicuns e salgados	322
9.4. Reserva legal (RL)	323
9.4.1. Definição legal	323
9.4.2. Natureza jurídica	324
9.4.3. Percentuais mínimos e Cota de Reserva Ambiental	325
9.4.4. Redução da Reserva Legal	329
9.4.5. Ampliação da Reserva Legal	330
9.4.6. Localização da Reserva Legal	330
9.4.7. Cálculo da Reserva Legal	332
9.4.8. Dispensa da Reserva Legal	337
9.4.9. Registro imobiliário e inscrição no Cadastro Ambiental Rural	337
9.4.10. Regime de proteção e explorabilidade sustentável da Reserva Legal	338
9.4.11. Obrigação <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário	340
9.4.12. Desapropriação e indenizabilidade limitada	340
9.4.13. Isenção do ITR e averbação da Reserva Legal	341
9.4.14. Explorações consolidadas em Reserva Legal e sua recomposição	342
9.4.15. Quadro comparativo entre Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL	345
9.5. Unidades de conservação (UC's)	346
9.5.1. Introdução	346
9.5.2. Definição legal	346
9.5.3. Criação, extinção, redução e desafetação	346
9.5.4. Possibilidade de desapropriação da área	349

9.5.5.	Requisitos para a instituição	349
9.5.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	351
9.5.7.	Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável	352
9.5.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno	356
9.5.9.	Corredores ecológicos	360
9.5.10.	Mosaico	361
9.5.11.	Plano de manejo	361
9.5.12.	Limitações administrativas provisórias	365
9.5.13.	Taxa de visitação e concessão de áreas/serviços/instalações	365
9.5.14.	Gestão por OSCIP e sua concessão aos particulares	366
9.5.15.	Compensação por significativo impacto ambiental	367
9.5.16.	Populações tradicionais	371
9.5.17.	Outras disposições	372
9.5.18.	Competência para o licenciamento ambiental nas unidades de conservação	373
9.5.19.	Regra de transição	373
9.5.20.	Reservas da Biosfera	373
9.5.21.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação	374
9.5.22.	Conselho consultivo ou deliberativo	374
9.5.23.	Unidades de conservação federais	375
9.5.24.	Programa Áreas Protegidas da Amazônia	376
9.6.	Áreas ambientais municipais	377
9.7.	Áreas de uso restrito	377
9.8.	A zona costeira brasileira e a política nacional para os recursos do mar	379
9.9.	Questões de concursos públicos comentadas	384
	Vídeo	398
10.	AGROTÓXICOS	403
10.1.	Introdução e definições	403
10.2.	Registro de agrotóxicos	409
10.3.	Da Autorização de Extensão de Uso de Agrotóxicos em Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI)	411
10.4.	Do Comunicado de Produção para Exportação	412
10.5.	Permissão para Importação	412
10.6.	Registro por Equivalência	412

10.7.	Registro de Pessoas Jurídicas	412
10.8.	Sistema Unificado de Cadastro e de Utilização de Agrotóxicos e de Produtos de Controle Ambiental Informatizado	413
10.9.	Reanálise dos Riscos	414
10.10.	Controle de qualidade	414
10.11.	Comercialização	415
10.12.	Embalagens	415
10.13.	Rotulagem para Venda e Uso	416
10.14.	Armazenamento, transporte e fiscalização	417
10.15.	Responsabilidade civil e administrativa	417
10.16.	Responsabilidade criminal	419
10.17.	Sistema unificado de informação, petição e avaliação eletrônica	420
11.	A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	421
11.1.	Abrangência da gestão de florestas públicas	421
11.2.	Definição de concessão florestal e outras	423
11.3.	Objeto	424
11.4.	Limites	425
11.5.	Regras licitatórias especiais	426
11.6.	Prazo	427
11.7.	Licenciamento ambiental	427
11.8.	Livre concorrência	428
11.9.	Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional	428
11.10.	Extinção da concessão florestal	429
11.11.	Fundo nacional de desenvolvimento florestal	430
11.12.	Serviço florestal brasileiro	430
11.13.	Concessão florestal na Flona Jamari	430
11.14.	Questões de concursos públicos comentadas	431
12.	ÁGUAS	435
12.1.	Titularidade dominial	435
12.2.	A política nacional de recursos hídricos	437
12.2.1.	Fundamentos	437
12.2.2.	Objetivos	440
12.2.3.	Diretrizes gerais de ação	441
12.2.4.	Instrumentos	441
12.3.	O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	443
12.3.1.	Composição e objetivos	443
12.3.2.	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	444

12.3.3.	Agência Nacional de Águas	445
12.3.4.	Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal	446
12.3.5.	Comitês de Bacia Hidrográfica	447
12.3.6.	Agências de Água	448
12.3.7.	Organizações civis de recursos hídricos	448
12.4.	Regime jurídico de utilização da água	449
12.5.	Infrações administrativas	457
12.6.	Padrões de qualidade da água	458
12.7.	As águas no Código Civil	459
12.8.	Política Nacional de Segurança de Barragens e Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens	461
12.9.	Poluição por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas brasileiras	466
12.10.	Questões de concursos públicos comentadas	470
13.	AR	479
13.1.	Disposições Gerais e Política Nacional de Qualidade do Ar	479
13.2.	Padrões de Emissão de Gases	484
13.3.	Queimadas	488
13.4.	Poluição Sonora	492
13.5.	Questões de concursos públicos comentadas	493
14.	FAUNA	495
14.1.	Definição e competência dos entes federados	495
14.2.	Classificação	499
14.3.	Propriedade	499
14.4.	Caça	500
14.5.	Comercialização da fauna silvestre	504
14.6.	Controle da fauna nas imediações de aeródromos	505
14.7.	Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca	506
14.8.	Proteção constitucional	514
14.9.	Questões de concursos públicos comentadas	518
15.	FLORA	523
15.1.	Disposições gerais e competência dos entes federados	523
15.2.	Supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo e o controle do desmatamento	527
15.3.	Exploração florestal e a sua reposição	528
15.4.	Controle da origem dos produtos florestais	529

15.5.	Proibição do uso do fogo e controle dos incêndios	530
15.6.	Programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente	531
15.7.	Agricultura familiar na pequena propriedade ou posse rural	534
15.8.	Tutela especial da Mata Atlântica	535
15.9.	Tutela especial da Floresta Amazônica	546
15.10.	Tutela especial do Pantanal Mato-Grossense	547
15.11.	Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu	548
15.12.	Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	549
15.13.	Programa Nacional de Florestas	552
15.14.	Política Agrícola para Florestas Plantadas	552
15.15.	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	553
15.16.	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg	555
15.17.	Questões de concursos públicos comentadas	556
16.	RECURSOS MINERAIS	561
16.1.	Propriedade	561
16.2.	Competência legislativa	561
16.3.	Minas e jazidas	561
16.4.	Regimes de aproveitamento	562
16.5.	Compensação financeira	568
16.6.	Licenciamento ambiental	568
16.7.	Recuperação da área degradada	569
16.8.	Questões de concursos públicos comentadas	570
17.	PATRIMÔNIO CULTURAL	573
17.1.	Conceito e competência material	573
17.2.	Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Política Nacional de Cultura Viva	576
17.3.	Formas de tutela	581
17.4.	Patrimônio espeleológico	582
17.5.	Patrimônio arqueológico ou pré-histórico	585
17.6.	Registro	585
17.7.	Tombamento	590
17.7.1.	Definição	590
17.7.2.	Previsão legal	590
17.7.3.	Natureza jurídica	590
17.7.4.	Descentralização administrativa	591
17.7.5.	Competência para instituição	591

17.7.6. Competência legislante	591
17.7.7. Objeto	591
17.7.8. Espécies	592
17.7.9. Tombamento de ofício	592
17.7.10. Tombamento provisório	592
17.7.11. Tombamento definitivo	593
17.7.12. Procedimento federal	593
17.7.13. Registro cartorial	593
17.7.14. Conteúdo da proteção	593
17.7.15. Zona de entorno	594
17.7.16. Conservação e reparação	594
17.7.17. Direito de preferência	594
17.7.18. Outras formas de instituição	594
17.7.19. Indenização	595
17.7.20. Tombamento constitucional	596
17.7.21. Destombamento	596
17.7.22. Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	596
17.7.23. Crimes contra o patrimônio cultural	596
17.7.24. Jurisprudência	596
17.8. Desapropriação	600
17.9. Questões de concursos públicos comentadas	602
18. PATRIMÔNIO ARTIFICIAL	607
18.1. Disposições gerais constitucionais e sua regulamentação	607
18.2. Estatuto da Cidade	609
18.2.1. Diretrizes da Política Urbana	609
18.2.2. Instrumentos da Política Urbana	612
18.2.3. Conteúdo do Plano Diretor	619
18.2.4. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	622
18.3. Estatuto da Metrópole	624
18.4. Parcelamento do solo urbano	627
18.5. Questões de concursos públicos comentadas	634
19. PATRIMÔNIO GENÉTICO	639
19.1. Biodiversidade	639
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação	639
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia	640

19.2.	Biossegurança	647
19.2.1.	A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida	647
19.2.2.	A pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados – OGM	650
19.2.3.	CIBio	650
19.2.4.	CNBS	650
19.2.5.	CTNBio	651
19.2.6.	SIB	651
19.2.7.	Órgãos e entidades de registro e fiscalização	652
19.2.8.	Responsabilidade civil e administrativa	652
19.2.9.	Regras de transição	652
19.2.10.	Licenciamento ambiental	652
19.3.	A situação brasileira	653
19.4.	Questões de concursos públicos comentadas	654
20.	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS	661
20.1.	Introdução	661
20.2.	Conceito legal de poluidor	662
20.3.	Solidariedade entre poluidores	663
20.4.	Nexo de causalidade	667
20.5.	Natureza objetiva e teoria do risco integral	670
20.6.	Responsabilidade do adquirente de imóvel – obrigação <i>propter rem</i>	681
20.7.	Imprescritibilidade da pretensão	687
20.8.	Danos ambientais	691
20.9.	Teses repetitivas do STJ	706
20.10.	Questões de concursos públicos comentadas	716
21.	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	725
21.1.	Disposições gerais	725
21.2.	Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regulamentação	728
21.2.1.	Tipicidade e legalidade	728
21.2.2.	Sanções administrativas	732
21.2.3.	Procedimento	745
21.2.4.	Tipos em espécie	749
21.2.5.	Prescrição	758
21.2.6.	Hipóteses de suspensão e conversão da punibilidade administrativa no novo Código Florestal	773
21.3.	Outras infrações administrativo-ambientais	774
21.4.	Questões de concursos públicos comentadas	777
	Vídeo	784

22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL	787
22.1. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	787
22.2. A Figura do Garantidor	796
22.3. A competência para o julgamento	797
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica	805
22.5. A dosimetria das sanções	809
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas	809
22.7. As penas das pessoas jurídicas	810
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental	811
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica	812
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes	812
22.11. A suspensão condicional da pena	813
22.12. A iniciativa da ação penal	813
22.13. A suspensão condicional do processo	813
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos	816
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade	816
22.16. Sentença condenatória e reparação	816
22.17. O princípio da insignificância	816
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC	822
22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998	824
22.20. Dos crimes contra a fauna	826
22.21. Dos crimes contra a flora	842
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais	866
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	884
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental	890
22.25. Cooperação penal internacional	896
22.26. Tutela penal do meio ambiente em outras leis	897
22.27. Questões de concursos públicos comentadas	899
 Vídeo	913
 23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE	 915
23.1. Disposições gerais	915
23.2. Ação individual	916
23.3. Ação civil pública	917
23.3.1. Considerações iniciais	917
23.3.2. Legitimidade ativa	918
23.3.3. Legitimidade passiva	920
23.3.4. Competência jurisdicional	922

23.3.5.	Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	930
23.3.6.	Regime jurídico da coisa julgada	933
23.3.7.	Controle difuso de constitucionalidade	940
23.3.8.	Pedido	941
23.3.9.	Imprescritibilidade da pretensão	946
23.3.10.	Questões específicas ambientais	948
23.3.11.	Outras regras	952
23.4.	Ação popular	956
23.4.1.	Considerações iniciais	956
23.4.2.	Legitimidade ativa	957
23.4.3.	Legitimidade passiva	957
23.4.4.	Objeto e eficácia da sentença	958
23.4.5.	Competência jurisdicional	960
23.4.6.	Outras disposições	962
23.5.	Questões de concursos públicos comentadas	963
	Vídeo	971
24.	DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL	973
24.1.	Disposições gerais	973
24.2.	A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Conferência de Estocolmo	975
24.3.	A Cites – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção	977
24.4.	A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (RIO/1992 ou ECO/1992)	979
24.4.1.	A Declaração do Rio	980
24.4.2.	A Agenda 21	982
24.4.3.	A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas)	982
24.4.4.	A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade)	983
24.4.5.	A Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	988
24.5.	Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	989
24.6.	Acordo de Copenhague	992
24.7.	Acordo-quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados	993
24.8.	Acordo de Paris	994
24.9.	Questões de concursos públicos comentadas	995

25. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	1003
25.1. Introdução	1003
25.2. Medidas executórias	1005
25.3. Princípios	1006
25.4. Objetivos	1006
25.5. Diretrizes	1007
25.6. Instrumentos	1009
25.7. Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa	1012
25.8. O novo Código Florestal e as mudanças climáticas	1014
25.9. Diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima	1014
25.10. Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)	1016
25.11. Questões de concursos públicos comentadas	1018
26. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1021
26.1. Introdução	1021
26.2. Princípios	1023
26.3. Objetivos	1023
26.4. Instrumentos	1024
26.5. Classificação dos resíduos sólidos	1029
26.6. Responsabilidade dos geradores e do poder público	1030
26.7. Resíduos perigosos	1032
26.8. Instrumentos econômicos	1032
26.9. Proibições	1033
26.10. Regras de transição	1034
26.11. Questões de concursos públicos comentadas	1035
 Vídeo	1040
27. ORDEM ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	1041
27.1. Introdução	1041
27.2. A ordem econômica ambiental e a relação entre o direito ambiental e o direito econômico	1042
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente	1045
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais	1049
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental	1050

27.6.	A releitura do princípio da estrita legalidade	1050
27.7.	A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do icms aos municípios ("ICMS ecológico")	1052
27.8.	Questões de concursos públicos comentadas	1053
28.	ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL	1055
28.1.	Noções introdutórias	1055
28.2.	Definição	1056
28.3.	Legislação de regência	1056
28.4.	Auditoria de conformidade legal ou obrigatória	1058
28.5.	Questão de concurso público comentada	1059
29.	SANEAMENTO BÁSICO	1061
29.1.	Introdução e definições legais	1061
29.2.	Princípios fundamentais	1068
29.3.	Exercício da titularidade e prestação	1069
29.4.	Planejamento e regulação	1072
29.5.	Aspectos econômicos e sociais	1074
29.6.	Aspectos técnicos e controle social	1076
29.7.	Política federal de saneamento básico	1078
29.8.	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	1080
29.9.	Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB)	1080
29.10.	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB)	1081
29.11.	Questões de concursos públicos comentadas	1081
30.	ÍNDIOS E MEIO AMBIENTE	1085
30.1.	Indigenato e terras indígenas	1085
30.2.	Outras áreas indígenas reservadas	1094
30.3.	Exploração dos recursos naturais	1094
30.4.	Unidades de conservação	1096
30.5.	Conhecimento tradicional associado dos índios ao patrimônio genético	1096
30.6.	Questões de concursos públicos comentadas	1097
31.	POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE	1099
31.1.	Energia e suas fontes	1099
31.2.	Política energética do Brasil	1102
31.3.	Petróleo e gás natural	1103
31.4.	Biocombustíveis	1109
31.5.	Política Nacional de Conservação e uso Racional de Energia	1110
31.6.	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	1111

31.7. Energia nuclear	1112
31.8. Rejeitos radioativos	1116
31.9. Política Nacional de Biocombustíveis	1121
31.10. Questões de concursos públicos comentadas	1122
32. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1125
32.1. Composição e normatização constitucional	1125
32.2. Proteção ao meio ambiente do trabalho	1126
32.3. Acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados	1129
32.4. Responsabilidade civil das empresas pelo dano ambiental do trabalho ...	1134
32.5. Questões de concursos públicos comentadas	1135
33. SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1137
33.1. Introdução	1137
33.2. Licitações e contratações sustentáveis	1139
33.3. Regras de sustentabilidade no estatuto das empresas estatais	1151
33.4. Rotulagem ambiental	1153
33.5. Agenda ambiental da administração pública (A3P)	1154
33.6. Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e Portaria Seges/ MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023 (Plano de Gestão de Logística Sustentável na Administração Pública Federal)	1159
33.7. Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021	1160
33.8. Resolução STF 561, de 24 de setembro de 2015	1169
33.9. Instrução Normativa STJ/GDG n. 4, de 16 de janeiro de 2024	1171
33.10. Ato Conjunto CSJT/TST/GP nº 24/2014	1176
33.11. Ato da Comissão Diretora do Senado 4/2013	1186
33.12. Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016	1192
33.13. Resolução TCU 268, de 4 de março de 2015	1195
33.14. Resolução CNJ 433, de 27 de outubro de 2021	1197
33.15. Questões de concursos públicos comentadas	1199
34. POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNP- SA)	1205
34.1. Introdução	1205
34.2. Definições legais	1207
34.3. Modalidades de pagamentos por serviços ambientais	1208
34.4. Objetivos da PNPSA	1209
34.5. Diretrizes da PNPSA	1210
34.6. Programa federal de pagamento por serviços ambientais (PFPSA)	1211
BIBLIOGRAFIA	1213